

**POBREZA
OBJETIVA E SUBJETIVA**

Para uma Análise
das Complementaridades
nas Políticas Públicas

MANUEL SALIULO

Nº 243/2025

POBREZA OBJETIVA E SUBJETIVA

PARA UMA ANÁLISE DAS COMPLEMENTARIDADES
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

MANUEL SALIULO

© Manuel Saliulo, 2025

Manuel Saliulo

Pobreza Objetiva e Subjetiva. Para uma Análise das Complementaridades
nas Políticas Públicas

Primeira publicação: julho de 2025

ISSN: 1647-0893

Conselho editorial:

Sandra Palma Saleiro (coordenadora)

Ana Margarida Barroso

Jorge Vieira

Nuno de Almeida Alves

Rita Cachado

Rosário Mauritti

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Composição em caracteres Futura, 12

Propriedade do título: CIES-Iscte

Correspondência:

CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 21 046 4018

E-mail: cies@iscte-iul.pt

POBREZA OBJETIVA E SUBJETIVA

PARA UMA ANÁLISE DAS COMPLEMENTARIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Manuel Saliulo

Manuel Saliulo, é doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL) e atua como consultor independente junto de governos provinciais e departamentos ministeriais da República de Angola.
Email: mcsa4@iscte-iul.pt

Resumo A distinção entre pobreza subjetiva e objetiva emerge como um debate central na conceptualização e na operacionalização das políticas de combate à pobreza, com implicações de ordem teóricas e pragmáticas. Este artigo, de caráter teórico e parte de uma investigação doutoral em curso, explora como as complementaridades entre pobreza objetiva e subjetiva podem enriquecer o debate e impactar na concepção de políticas públicas. A questão norteadora é: Quais as implicações da inclusão da pobreza subjetiva em políticas tradicionalmente baseadas em indicadores objetivos? Os autores mobilizados e os diálogos teóricos daí extraídos permitem afirmar que o principal desafio político e acadêmico reside na formulação de um modelo integrado que, não apenas, considere os indicadores objetivos de privação, mas também valorize a percepção dos indivíduos sobre a sua própria condição e expectativa de vida. Como contributo original, propõe-se o Painel Comunitário de Monitorização e Avaliação (PCMA), um dispositivo metodológico, de mobilização comunitária e monitoramento participativo, concebido para integrar essa visão ampliada, particularmente relevante em contextos marcados por ausência ou fragilidade da presença do Estado, exigindo abordagens mais localizadas, participativas e culturalmente situadas.

Palavras-chave: Complementaridade; PCMA; Pobreza objetiva; Pobreza subjetiva; Políticas públicas.

Abstract The distinction between subjective and objective poverty has emerged as a central debate in conceptualizing and operationalizing anti-poverty policies, with both theoretical and pragmatic implications. This article, which is theoretical and part of ongoing doctoral research, explores how the complementarities between objective and subjective poverty can enrich the debate and influence the design of public policies. The guiding question is: What are the implications of including subjective poverty in policies traditionally based on objective indicators? The authors mobilized, and the theoretical dialogues drawn from them affirm that the main political and academic challenge lies in formulating an integrated model that considers objective indicators of deprivation while valuing individuals' perceptions of their condition and life expectancy. As an original contribution, the Community Monitoring and Evaluation Panel (CMEP) is proposed as a methodological device for community mobilization and participatory monitoring, designed to integrate this broader vision, which is particularly relevant in contexts marked by the absence or fragility of State presence, thereby necessitating more localized, participatory, and culturally situated approaches.

Keywords: Complementarity; CMEP; Objective poverty; Subjective poverty; Public policies.

INTRODUÇÃO

Este artigo parte de uma questão que, não tendo a pretensão de esgotar a complexidade e o sentido inconclusivo que o conceito de pobreza encerra, procura explorar algumas das desatenções analíticas e práticas no que tange à abordagem da pobreza objetiva e subjetiva e ao modo como as políticas de combate à pobreza poderiam ser mais integradoras.

A articulação entre pobreza objetiva e subjetiva permanece um desafio, tanto conceptual como político. Se, por um lado, os indicadores objetivos fornecem bases mensuráveis para o planeamento de políticas públicas, por outro, a percepção dos indivíduos sobre a sua própria condição pode revelar dimensões invisíveis às métricas tradicionais.

A relação entre pobreza objetiva e subjetiva tem sido discutida em diversas áreas, como economia, sociologia e políticas públicas, mas a exploração das suas complementaridades ao longo do ciclo de política pública ainda não é um campo amplamente consolidado.

Alguns economistas e sociólogos, como Ravallion (1998, 2020), Sen (1999, 2010), Paugam (2006) e Atkinson (2019), abordam a necessidade de considerar elementos subjetivos na análise da pobreza. No entanto, a questão específica de como essas duas dimensões se interligam ao longo das fases do ciclo de política pública (planeamento, implementação, monitorização e avaliação) é menos explorada, especialmente no que diz respeito às implicações práticas dessa integração.

A originalidade deste artigo, de natureza teórica, reside na proposta de aprofundar a complementaridade entre as dimensões objetiva e subjetiva da pobreza, delineando pistas para um debate ainda incipiente, bem como na introdução do Painel Comunitário de Monitorização e Avaliação (PCMA) — um modelo inovador concebido para promover a participação efetiva das comunidades na monitorização e avaliação das políticas públicas de combate à pobreza, reforçando, assim, a legitimidade democrática e a eficácia das intervenções em contextos de vulnerabilidade.

Como pode a consideração da pobreza subjetiva enriquecer as políticas públicas tradicionalmente baseadas em indicadores objetivos? Em que medida essa integração poderia tornar as intervenções mais ajustadas às realidades sociais? Estas são algumas das questões que orientam a reflexão apresentada, procurando ampliar a compreensão sobre um fenómeno cuja complexidade exige abordagens cada vez mais sensíveis e integradas.

A pobreza, enquanto fenómeno multifacetado, dificilmente se deixa apreender por uma única abordagem conceptual ou metodológica. Isto deve-se ao facto de se tratar de um fenómeno de difícil mensuração direta, exigindo a superação de desafios que vão desde os critérios de definição, a criação do limiar de rendimento, a seleção das unidades de análise, até à credibilidade e robustez das fontes estatísticas (Almeida et al., 1992, p.13)

A distinção entre pobreza objetiva e subjetiva não representa uma oposição estanque (Stewart, 2005; Stiglitz et al., 2005; Alkire & Foster, 2011; Atkinson, 2019), mas antes uma relação dinâmica e interdependente que pode aprofundar a compreensão das múltiplas formas de privação e das desigualdades estruturais (Bruto da Costa, 1984; Stiglitz et al., 2005; Atkinson, 2019).

Com efeito, a articulação entre ambas dimensões impõe desafios epistemológicos e metodológicos, nomeadamente no que concerne à sua operacionalização enquanto categorias analíticas e à sua inserção em quadros explicativos mais amplos sobre a reprodução das assimetrias sociais.

Este artigo propõe, assim, uma análise da pobreza que integra dimensões objetivas e subjetivas, buscando superar limitações presentes em abordagens tradicionais do campo. Enquanto muitos estudos se baseiam em modelos desenvolvidos para contextos específicos — frequentemente de países desenvolvidos ou em desenvolvimento (Bourguignon & Chakravarty, 2003; Sen, 2010; Ravallion, 2016) — aqui adota-se uma perspectiva que evita a simples adaptação de padrões externos (Kanbur, 2002; Hulme & Shepherd, 2003). O objetivo é contribuir para o debate ao explorar a complementaridade entre diferentes dimensões da pobreza, sem restringir a análise a enquadramentos geopolíticos predefinidos.

O debate sobre essa complementaridade é, muitas vezes, atravessado por disputas de legitimidade discursiva (Spivak, 1988; Escobar, 1995; Bourdieu, 1996, 1999; Biehl, 2005). Em causa está a questão de quem detém a autoridade para falar sobre a pobreza — aqueles que a vivem — e.g. por serem pobres ou por atuarem como técnicos junto de populações vulneráveis — ou, pelo contrário, os que a estudam e definem, enquanto especialistas ou decisores políticos e mobilizam esses conhecimentos no planeamento de políticas públicas? Esta tensão entre o saber experiencial, o saber técnico-acadêmico e o poder político moldam profundamente a forma como a pobreza é compreendida, influenciando não apenas os discursos sobre o fenómeno, mas também o desenho das respostas institucionais dirigidas aos “felizardos”: os pobres e os seus territórios.

Este artigo, contudo, não se propõe a reforçar tais dicotomias ou a advogar em favor de uma dessas perspectivas. Reconhece, sim, a relevância e as implicações desse debate no planeamento de agendas e de estratégias de combate à pobreza, mas afasta-se de discursos normativos que enquadram a questão apenas sob a ótica da autoridade discursiva. A abordagem adotada distingue-se por privilegiar a participação ativa das comunidades locais, propondo um PCMA que reivindica a valorização dos saberes locais, experiências e percepções na identificação e monitorização dos desafios da pobreza. Em vez de impor modelos ou critérios externos, defende-se a construção coletiva de soluções, integrando as

dimensões subjetiva e objetiva da pobreza a partir do diálogo entre técnicos e cidadãos. Desta forma, evita-se a apropriação normativa do conceito de pobreza e promove-se uma análise que respeita a pluralidade de realidades sociais e culturais, favorecendo políticas públicas mais sensíveis e eficazes.

Neste contexto, o PCMA é apresentado como uma ferramenta que visa articular dimensões objetivas e subjetivas da pobreza, respondendo à necessidade de instrumentos acessíveis, compreensíveis e inclusivos para todos os membros da comunidade. Ao longo do artigo, será detalhado o modo como este modelo foi desenvolvido, as suas principais características e o seu potencial para fortalecer a complementaridade entre diferentes perspectivas e experiências no âmbito das políticas públicas, promovendo uma abordagem mais participativa e adaptada aos contextos locais.

As diferentes realidades, provavelmente, exigem uma reavaliação das linguagens e dos símbolos utilizados para comunicar a pobreza, o bem-estar ou uma condição de vida estável (Gweshengwe & Hassan, 2020). A satisfação com a vida, assim como a habilitação social e técnica para tirar proveito dos recursos, devem ser consideradas na construção de qualquer abordagem que vise mitigar a pobreza. As condições de vida resultam de uma complexidade de experiência que integra os recursos de que os indivíduos são portadores, quer aspetos relacionados ao seu reconhecimento e participação social, quer ainda a forma como os sujeitos se percebem a si e aos contextos com aos quais se relacionam.

Este desafio representa uma das questões mais complexas — e menos desejadas — para as políticas públicas: reconhecer as diferentes percepções de pobreza, riqueza e, como sublinha Sen (2018), das escolhas de bem-estar, tanto no plano individual quanto coletivo. O que se propõe aqui é uma reflexão crítica sobre os riscos de um discurso que ignora as “múltiplas realidades das pobreza” e não reconhece a sua complementaridade. Ao fazê-lo, não apenas silencia as vozes dos mais vulneráveis, como também compromete a sua participação ativa nos ciclos de formulação política. Além disso, enfraquece a apropriação, pelas estruturas

institucionais locais, dos instrumentos de planeamento e intervenção que se propõem a servir precisamente os grupos mais afetados.

Os instrumentos de planeamento tendem a reconhecer amplamente a importância de alinhar e adaptar as medidas de combate à pobreza aos contextos específicos (Peters & Pierre, 2016; Peters, 2018; Souza, 2021). Não obstante, observa-se que, em diversos casos, como em Angola, a sua implementação tende a seguir normas e procedimentos padronizados. Tal verifica-se, por exemplo, na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (2004), no Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (2010-2015), no Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (2018-2022) e, mais recentemente, no Programa Kwenda (2019-abril/2025). Essa padronização, muitas vezes, desvinculada das realidades locais, pode comprometer o reconhecimento do protagonismo das comunidades e a valorização das suas especificidades territoriais e culturais. Em tais contextos, esse afastamento pode configurar uma limitação ao pleno exercício de direitos fundamentais, tanto individuais quanto coletivos (Chambers, 1997; Milando, 2013b). Assim, a resistência a modelos excessivamente uniformes deve ser entendida como um passo essencial para a construção de políticas públicas mais inclusivas e respeitadoras da diversidade sociocultural.

POBREZA OBJETIVA E SUBJETIVA

A forma como se compreende e mede a pobreza influencia profundamente quem é reconhecido como pobre e como se desenham e legitimam as respostas públicas. Nesse sentido, a distinção entre pobreza objetiva e subjetiva tem-se revelado fundamental, não apenas como ferramenta analítica, mas como dispositivo político e epistemológico.

A pobreza objetiva, tradicionalmente vinculada a métricas quantificáveis, permite delimitar critérios padronizados que identificam situações de privação material. Esse tipo de pobreza, tal como delineada por autores como Sen (1999) e Atkinson (2019), inscreve-se num quadro analítico

em que se determinam limiares quantitativos, sejam estes definidos, por exemplo, por um limiar de rendimento abaixo do qual a pessoa é classificada como pobre ou através do índice de privação associado ao consumo.

Indicadores como rendimento, acesso a bens e serviços essenciais, e condições habitacionais configuram um referencial metodológico que visa conferir rigor e comparabilidade ao fenómeno (Bruto da Costa, 1984; Zheng, 1994; Gordon, 2006; Gordon & Nandy, 2012; Ravallion, 2016; Atkinson, 2019; Decerf, 2022). Contudo, esta abordagem encerra um paradoxo: ao procurar uma definição universal e mensurável da pobreza, corre o risco de invisibilizar realidades que escapam aos seus parâmetros normativos.

Qualquer construção de um limiar de pobreza é, em última instância, um exercício de mediação entre critérios estatísticos e pressupostos axiológicos, implicando escolhas que são simultaneamente técnicas e políticas. Tais escolhas influenciam diretamente a forma como as políticas públicas são concebidas e operacionalizadas (Capucha, 2005, 2019).

Por outro lado, a pobreza subjetiva, centrada na experiência vivida e na perceção individual da condição económica e social (Townsend, 1979; Datt & Lanjouw, 2023) desloca o foco analítico para a dimensão simbólica e relacional da privação. Trata-se de uma abordagem que privilegia a autoavaliação do indivíduo sobre a sua condição socioeconómica (Niemietz, 2010), reconhecendo que a experiência da pobreza transcende indicadores económicos objetivos, abrangendo fatores psicológicos, culturais e sociais.

Neste contexto, Ravallion (2016) propõe o conceito de “linha de pobreza subjetiva social” (SSPL), determinada a partir das respostas à pergunta de rendimento mínimo (Minimum Income Question — MIQ). Essa metodologia visa superar as limitações das linhas de pobreza baseadas unicamente em critérios objetivos, adotando como ponto de partida os julgamentos subjetivos das próprias pessoas sobre o que consideram um

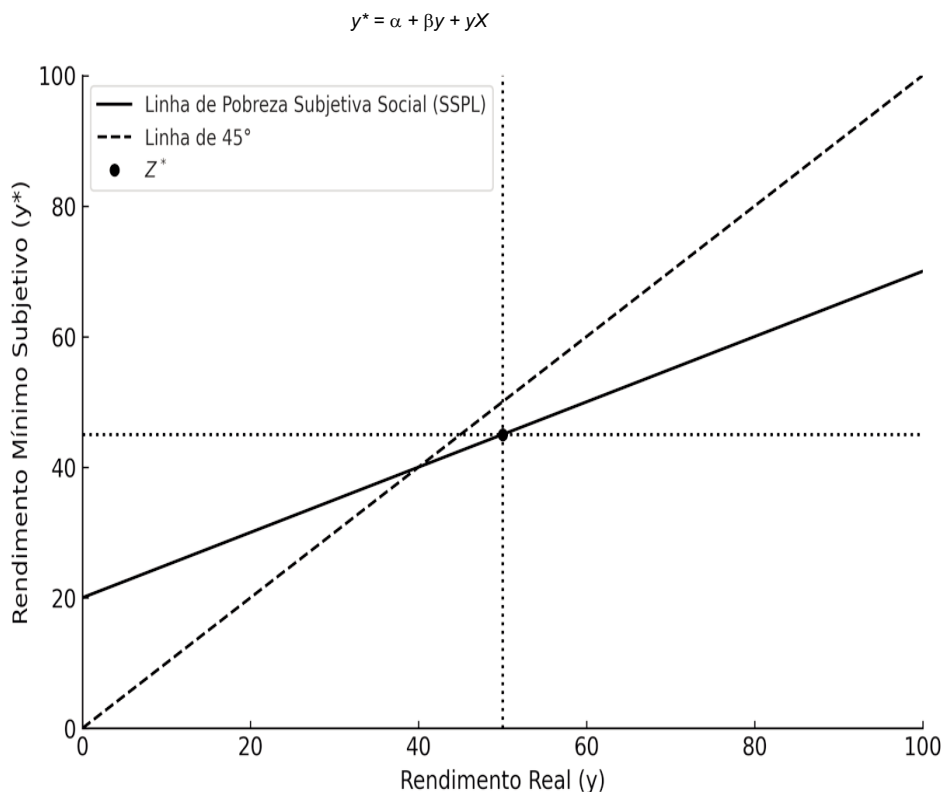


Figura 1 Linha de Pobreza Subjetiva Social — SSPL

Fonte: Ravallion (2016, p.216, adaptação, tradução e construção própria).

padrão de vida mínimo aceitável. Assim, a linha de pobreza deixa de ser um valor fixo e externo, passando a ser construída a partir das percepções e consensos coletivos sobre necessidades básicas, integrando a dimensão subjetiva na medição tradicionalmente objetiva da pobreza.

A modelização matemática dessa abordagem permite ajustar a linha de pobreza aos padrões sociais locais. O ponto z^* , representado na Figura 1, indica o limiar em que a maioria dos respondentes considera o seu rendimento suficiente para cobrir as necessidades básicas. Além disso, o coeficiente γX demonstra que a linha subjetiva da pobreza se eleva quando fatores como expectativas sociais, padrões de consumo e contexto económico influenciam a percepção da privação.

Fica demonstrado, portanto, que a pobreza não se resume à insuficiência material ou ao esforço contínuo para sobreviver (Orsi, 2013; Venugopal & Viswanathan, 2017; Varga, 2023). Trata-se também de uma questão de reconhecimento social, de expectativas individuais e de inserção num horizonte normativo de bem-estar. A pobreza subjetiva permite captar dimensões que escapam às métricas quantitativas, como o sentimento de exclusão, a insegurança quanto ao futuro, a ausência ou fragilidade na atuação do Estado, bem como as dinâmicas comparativas que moldam a autopercepção da privação Chandler, 2024; (Rawls, 1971; Thernborn, 2009; Fraser, 2022). Todavia, essa abordagem também enfrenta desafios metodológicos, dado que a intersubjetividade pode ser influenciada por disposições sociais internacionalizadas ou *habitus* (Bourdieu, 1986), processos de naturalização da desigualdade e esquemas interpretativos mediadores do contexto cultural e ideológico (Bourdieu, 1998, 1999).

A complementaridade entre pobreza objetiva e subjetiva impõe, assim, um exercício crítico que transcende a mera justaposição de indicadores. Enquanto a pobreza objetiva identifica padrões estruturais de privação, a subjetiva introduz uma dimensão interpretativa que confere profundidade à análise. Essa relação, no entanto, não é simétrica nem linear: a percepção da pobreza é condicionada por fatores estruturais, enquanto os indicadores objetivos também refletem valores e contextos sociopolíticos. A pobreza está, portanto, imbricada em quadros valorativos e cognitivos que orientam a difusão de políticas e modelos de governação (Zürn, 2010; Rennstich, 2017).

Aplicada às políticas públicas, essa abordagem complementar tem permitido, por um lado, um planeamento estruturado de programas de assistência social (Page e Pande, 2018), mas pode, por outro, reproduzir rigidez normativa e desconsiderar dimensões culturais da privação. Tal complexidade exige um esforço cognitivo e institucional para evitar a padronização das intervenções e permitir arranjos mais contextualizados, respeitando a diversidade territorial e sociocultural.

Neste sentido, a pobreza não deve ser entendida como um conceito monolítico, mas como um fenómeno que opera num *continuum* de

interações (Atkinson, 2019) entre materialidade e percepção, estrutura e agência, quantificação e experiência vivida, ou ainda, na sua influência interativa com o emprego e o desemprego (Capucha, 2019).

O desafio epistémico consiste, assim, em evitar tanto o reducionismo economicista, que obscurece as dinâmicas simbólicas da privação, quanto o relativismo interpretativo, que ignora os condicionantes estruturais da desigualdade.

Apenas uma abordagem crítica e reflexiva pode oferecer uma compreensão mais rigorosa e multifacetada da pobreza, deslocando-a de um mero objeto de medição para um fenómeno que exige o questionamento permanente dos seus fundamentos analíticos (Almeida et al., 1992).

É também por essa razão que a distribuição do rendimento e o crescimento económico, embora relevantes, não têm sido suficientes para mitigar a pobreza. A redução das desigualdades e a inclusão social não decorrem automaticamente do crescimento económico (Sachs, 2005; Knight, 2017; Page & Pande, 2018). O aumento do rendimento pode melhorar as condições de vida, mas não garante que os benefícios sejam amplamente partilhados ou que alcancem os grupos mais vulneráveis. Persistem elevados níveis de pobreza, e muitos dos mais desfavorecidos continuam excluídos das políticas públicas (Sen, 2010) e sub-representados nas estatísticas (Castel, 2015), o que evidencia tanto limitações nos critérios de elegibilidade como falhas metodológicas na medição da pobreza.

Seja como for, conforme aponta Niemietz (2010), o conceito de pobreza, baseado numa linha de consumo, tende a reduzir a pobreza a uma questão de acesso a bens e serviços. Por esse motivo, o Produto Interno Bruto (PIB)¹, sobretudo na métrica per capita, é frequentemente destacado como indicador central nas estratégias de combate à pobreza. Parte-se do

¹ No entanto, é importante considerar que a interpretação do PIB pode variar dependendo da unidade de análise adotada: o PIB total reflete o desempenho agregado da economia de um país, enquanto o PIB per capita ajusta esse valor pela população, permitindo uma análise mais precisa do impacto sobre os indivíduos. O Banco Mundial frequentemente utiliza o PIB per capita como referência em suas análises globais de pobreza e desenvolvimento (World Bank, 2022, 2024).

pressuposto de que o crescimento económico cria condições para a sua redução. No entanto, esta lógica ignora que a distribuição desigual dos frutos do crescimento convive com a exclusão e as privações, exigindo, assim, uma abordagem integrada que articule as dimensões objetivas e subjetivas da pobreza nas políticas públicas.

COMPLEMENTARIDADES E IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de políticas públicas tem sido amplamente debatido, contemplando diversas teorias que discutem o papel do Estado na satisfação das necessidades coletivas. Dye (2005) define políticas públicas como ações e decisões governamentais voltadas para a resolução de problemas sociais e económicos, influenciadas por ideologias, preferências dos cidadãos e pela dinâmica do poder político. Hall (1993), analisa essas políticas a partir dos “paradigmas” dominantes, que se transformam conforme mudanças políticas, sociais e culturais.

No campo das políticas sociais, destaca-se o debate entre a universalização e as ações setoriais dirigidas a populações e territórios específicos. Esping-Andersen (1990) evidencia a diversidade dos Estados de bem-estar social, variando entre sistemas universalistas e seletivos. Titmuss (1974) alerta que a focalização excessiva pode gerar estigmatização e exclusão dos mais vulneráveis, defendendo abordagens inclusivas que promovam coesão social.

Com base nas premissas anteriores, torna-se evidente que a análise das complementaridades entre distintas abordagens da pobreza deve prevalecer sobre a defesa isolada de uma conceção puramente objetiva do fenómeno. Esta última revela-se particularmente limitada em contextos marcados por complexidades históricas e socioculturais profundas, como é o caso das sociedades africanas. Nestes contextos, fortemente influenciados por legados coloniais e por formações sociais territorialmente tardias, as dinâmicas de pobreza não podem ser compreendidas

exclusivamente à luz de indicadores económicos. A diversidade étnica, a sobreposição de sistemas normativos e a persistência de modelos institucionais impostos (Heimer, 2002; Milando, 2013a; Mkandawire, 2001) tornam evidente a necessidade de abordagens analíticas mais sensíveis à pluralidade de experiências e às formas localizadas de exclusão. Estas sociedades vivem, em muitos casos, processos de modernidade inacabados (Machado & Costa, 1998), que desafiam a aplicabilidade mecânica de modelos analíticos uniformes.

Pensar as complementaridades entre as dimensões objetiva e subjetiva, e sobretudo escutar as vozes das populações em pobreza, torna-se essencial para construir uma visão mais holística e ao mesmo tempo mais ampla e plural da privação (Spivak, 1988; Biehl, 2005; Sen, 2018).

O debate sobre a complementaridade entre essas dimensões transcende meras questões técnicas, envolvendo desafios ligados à mensurabilidade, legitimidade, compreensibilidade e comparabilidade nas políticas públicas. Wright (1997) e Ravallion (2017) reconhecem a importância da medição objetiva para o planeamento de políticas eficazes e alocação de recursos, mas advertem que ignorar a pobreza subjetiva pode levar a uma “visão distorcida da realidade social”, comprometendo a legitimidade e o impacto das intervenções.

Miller (2003), destaca que a legitimidade das políticas sociais depende da capacidade de responder tanto às condições objetivas (desigualdade económica) quanto às subjetivas (percepções de injustiça). Nesse sentido, autores como Chambers (1997), Miller (2003) e Milando (2013b) defendem consultas participativas e inquéritos de bem-estar subjetivo como ferramentas legítimas para integrar a experiência vivida no planeamento das políticas, aumentando a sua conformidade às necessidades reais das populações.

Ravallion (1998) e Pogge (2002) questionam a suficiência das métricas quantitativas, argumentando que a redução da pobreza a indicadores estatísticos pode negligenciar a sua natureza qualitativa e as especificidades contextuais que a caracterizam. Adicionalmente, Pogge enfatiza a incorporação da dignidade e dos contextos socioculturais nas avaliações.

Essa tensão reforça a importância dos modelos híbridos de avaliação, que combinam dados económicos com percepções sociais, conforme proposto por Bradshaw & Finch (2002) e Atkinson (2019).

Essa integração é especialmente relevante para realidades multiétnicas, como as africanas, onde as vozes dos cidadãos e as diversidades culturais devem ser consideradas. O modelo híbrido, que une métricas objetivas a consultas participativas, surge como resposta às limitações das abordagens quantitativas tradicionais, frequentemente marcadas por ideologias próximas do que Bourdieu designou de “imperialismo universal” — subjacente num “racionalismo cientista, o dos modelos matemáticos que inspiram a política do FMI ou do Banco Mundial (...) racionalismo [que] é ao mesmo tempo a expressão e a caução de uma arrogância ocidental, que leva a agir como se certos homens [representantes de sociedades “civilizadas”] tivessem o monopólio da razão, e pudessem instituir-se, como correntemente se diz, em polícias do mundo (...)” (Bourdieu, 1998, p.25).

Portanto, a articulação entre pobreza objetiva e subjetiva não é apenas um exercício conceitual, mas um desafio epistemológico e metodológico que atravessa todo o ciclo das políticas públicas. É um eixo fundamental para o desenvolvimento de estratégias que sejam eficazes, sensíveis e capazes de responder à diversidade e dinamismo social.

Essa complementaridade deve ser operacionalizada em todas as fases do ciclo político — planeamento, implementação, monitorização e avaliação. Assim, é fundamental garantir que as percepções das populações em situação de pobreza sejam incorporadas desde o planeamento das políticas, promovendo intervenções que reflitam suas reais necessidades e contextos. Feito este enquadramento, como se poderia operacionalizar essa articulação entre pobreza objetiva e subjetiva ao longo dessas etapas? Como garantir que as percepções das populações em situação de pobreza sejam incorporadas no planeamento das políticas desde o início?

PLANEAMENTO (AGENDA SETTING E TOMADA DE DECISÃO)

A integração entre pobreza objetiva e subjetiva no ciclo das políticas públicas exige uma abordagem metodológica que transcenda a mera justaposição de indicadores quantitativos e percepções individuais. Em vez de tratar a pobreza subjetiva como um complemento secundário da objetiva, é necessário que os instrumentos de planeamento incorporem mecanismos institucionais suscetíveis de promover um diálogo contínuo e estruturado entre essas dimensões. Isso implica desenvolver ferramentas que captem, não apenas, a privação material mensurável, mas também, as percepções de vulnerabilidade e exclusão social, incorporando essas informações sistematicamente no desenho e monitorização das políticas públicas.

Para tal, é essencial construir sistemas de informação integrados que combinem métricas tradicionais de pobreza com metodologias qualitativas e participativas — como inquéritos de bem-estar subjetivo, consultas comunitárias e mecanismos deliberativos envolvendo diretamente as populações afetadas. Além disso, as estruturas institucionais precisam de ser adaptadas para interpretar e traduzir esses dados em diretrizes práticas, utilizando símbolos e iconografia acessíveis à comunidade, garantindo que a subjetividade da pobreza seja um elemento central no planeamento e na avaliação das políticas.

Esse processo pode gerar tensões entre diferentes concepções do que constitui pobreza, com implicações significativas para a definição das estratégias e recursos mobilizados. A negociação dessas divergências é uma das tarefas mais complexas do planeamento, pois o sucesso das políticas depende da construção de um quadro comum justo, eficaz e adaptado a diferentes aspetos da realidade social.

A introdução dessas metodologias exige, portanto, não apenas uma redefinição dos parâmetros da pobreza, mas também uma negociação política e técnica transparente acerca dos valores e prioridades das políticas públicas. Tal processo pode, por sua vez, fomentar conflitos entre

atores sociais, políticos e académicos (Buchanan & Tullock, 1999) ou incentivar o “*free riding*” em comunidades mais populosas, dificultando a ação coletiva em prol do interesse comum (Olson, 2002).

IMPLEMENTAÇÃO

Na fase de implementação, após o planeamento das políticas, a articulação entre pobreza objetiva e subjetiva apresenta desafios para garantir a eficácia e equidade na distribuição de recursos. A pobreza objetiva, pela sua natureza normativa, possibilita critérios rigorosos de elegibilidade, baseados em dados mensuráveis, como o rendimento ou o acesso a bens essenciais. Contudo, esses critérios podem ser redutores, excluindo indivíduos que, embora não enquadrados nos limiares estabelecidos, experienciam formas profundas de privação, não captadas pelos indicadores objetivos, como dificuldades psicossociais, insegurança económica ou vulnerabilidades familiares (Wagle, 2002).

Por outro lado, uma abordagem excessivamente centrada na pobreza subjetiva pode resultar em arbitrariedade na aplicação das políticas, visto que as perceções individuais ou coletivas de privação são altamente contextuais e influenciadas por fatores culturais e sociais, dificultando a uniformização das intervenções.

A verdadeira complementaridade exige, portanto, um equilíbrio pragmático em que os critérios objetivos sirvam como filtro técnico, enquanto os aspetos subjetivos — perceções de exclusão social e bem-estar psicológico — sejam integrados para garantir eficácia contextualizada.

Defende-se, assim, que as consultas participativas com as comunidades são essenciais para que as políticas reflitam as necessidades reais, minimizando o distanciamento entre o plano teórico e a experiência vivida. Além disso, essas consultas podem mitigar resistências na implementação, especialmente quando há um descompasso entre a intervenção proposta e os quadros de referência socioculturais locais. Todavia, a eficácia desses processos depende de a capacidade institucional gerir e

interpretar as vozes das populações vulneráveis, requerendo um esforço contínuo de capacitação técnica e política, para evitar que tais consultas se reduzam a meros exercícios formais.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A monitorização e avaliação das políticas públicas exigem instrumentos conceptualmente robustos e sensíveis às diferentes formas de vivência da pobreza. A articulação entre a pobreza objetiva e a subjetiva nesta fase levanta desafios significativos: por um lado, a medição objetiva fornece critérios operacionais e comparáveis; por outro, corre o risco de obliterar dimensões não quantificáveis, como o sentimento de exclusão ou a ausência de agência.

Associado a isso, reside o facto de que a literatura sublinha que os inquéritos de bem-estar subjetivo — ainda que metodologicamente desafiantes — permitem aceder a dimensões invisíveis nas métricas económicas clássicas (Chambers, 1997; Ravallion, 2017). No entanto, a sua utilização exige precauções epistemológicas: as perceções individuais são moldadas por contextos culturais, normas sociais e expectativas, o que levanta questões de validade, fiabilidade e comparabilidade (Ghiglione & Matalon, 1997; Bryman, 2008; Babbie, 2013).

A seleção dos indicadores de monitorização, portanto, deve ser informada por um equilíbrio criterioso entre a objetividade técnica e a sensibilidade contextual. A avaliação deve evitar o equívoco de confundir a eficácia estatística com a transformação social real (Castel, 2015), reconhecendo que a pobreza é, antes de mais, uma condição vivida — e não apenas um estado mensurado.

É neste quadro que se torna pertinente propor metodologias híbridas de avaliação que integrem dados quantitativos, perceções sociais e participação ativa das comunidades. Neste sentido, apresenta-se, de forma autónoma e inovadora, a proposta do Perfil Comunitário de Monitorização e Avaliação (PCMA), concebido como modelo operativo e adaptativo para contextos de elevada exclusão social.

PERFIL COMUNITÁRIO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO: PROPOSTA DE UM MODELO PARTICIPATIVO

O PCMA é proposto como um instrumento metodológico alternativo e complementar às abordagens convencionais de monitorização e avaliação da pobreza. Desenvolvido com base em experiências de terreno e inspirado no trabalho colaborativo com comunidades locais em Angola, o PCMA procura articular rigor técnico, inteligibilidade comunitária e pertinência sociocultural.

Mais do que uma ferramenta de recolha de dados, o instrumento constitui uma estratégia participativa de construção de conhecimento e acompanhamento das políticas, promovendo a apropriação local dos processos de mudança — Quadro 1. A sua proposta, em termos de operacionalização, estrutura-se em torno de diferentes etapas metodológicas, concebidas para garantir a flexibilidade adaptativa e a relevância contextual — Quadro 2.

Concebido para ser um modelo que privilegia e reivindica quadros simbólicos e icónicos, o PCMA permite também criar uma ecologia de compreensão que simplifica a construção de um entendimento coletivo e a consciencialização sobre as mudanças reais que impactam a comunidade como um todo.

Sendo um instrumento destinado a atores diversos — autarquias, ONGs, associações comunitárias, serviços públicos, consultores e sociedade civil —, concorre para o reforço da governação local, do protagonismo comunitário, da corresponsabilização social, bem como para o fomento da participação cívica inclusiva e a garantia da evidência empírica para melhorar as capacidades da agência comunitária e dos organismos do próprio Estado na mitigação dos problemas sociais, com particular atenção para os grupos mais vulneráveis e os seus territórios.

O PCMA visa, portanto, atingir os seguintes objetivos estratégicos:

- a) O fortalecimento das capacidades da comunidade na melhoria da governação local, com especial foco na alocação equitativa de recursos e no desenvolvimento de políticas que respondam de forma justa às necessidades da população;
- b) A promoção do envolvimento ativo da comunidade nos assuntos locais, estimulando a participação cívica tanto no âmbito das instituições formais como em espaços informais, e o desenvolvimento de mecanismos de responsabilização social, garantindo a participação de todos os segmentos da comunidade, incluindo os mais marginalizados;
- c) A criação de evidências sobre a eficácia das políticas e práticas comunitárias, utilizando dados não apenas para avaliar o acesso e a qualidade dos serviços, mas também para melhorar a equidade e a inclusão social de todos os grupos, com particular atenção aos mais vulneráveis.

O PCMA parte do princípio de que a experiência vivida da pobreza deve ser fonte legítima de conhecimento político. Ao recorrer a representações simbólicas e iconográficas criadas pela própria comunidade, o modelo promove a inteligibilidade dos dados, mesmo em contextos com baixos níveis de literacia formal, reforçando o sentimento de pertença e a mobilização social.

Embora ainda não testado no quadro de combate à pobreza, o PCMA inspira-se na experiência do autor na construção e aplicação de Perfis Comunitários Escolares em Angola (MED & Unicef, 2023)², onde se demonstrou o potencial transformador da escuta ativa das comunidades.

Nesse processo, trabalhei em colaboração com uma equipa para construir, testar, ajustar e aplicar os Perfis Comunitários Escolares para o Ensino Primário e Secundário (PCEEPS) em uma fase piloto no interior da província da Huila. Embora o PCMA não seja uma réplica ou adaptação direta desse perfil escolar, as lições e os conhecimentos adquiridos ao trabalhar com diversas comunidades influenciaram a conceção de um

modelo, que se antevê funcional, para o contexto de políticas públicas de combate à pobreza, sobretudo dirigidas a populações marcadas por altas taxas de exclusão social. Defende-se a sua utilização na medida em que permite abrir uma janela de oportunidade para a discussão de vias e alternativas que promovam a participação ativa e produtiva das comunidades.

Seja como for, a operacionalização do PCMA, para além de prever sessões regulares de monitorização e avaliação participativa, onde se discutem os principais desafios, se identificam prioridades e se avaliam os impactos das medidas implementadas, assenta num conjunto de etapas orientadoras, pensadas para garantir, simultaneamente, a rigorosidade técnica e a acessibilidade comunitária, promovendo a mobilização da comunidade, a apropriação coletiva dos dados e dos processos de mudança.

Importa, desde logo, sublinhar que este esquema de operacionalização não assume um carácter prescritivo. Pelo contrário, constitui uma matriz aberta, com vocação adaptativa, que acolhe a possibilidade de introdução, ajustamento ou reconfiguração de ações iniciais, intermédias ou finais, em função dos contextos territoriais, dos perfis dos intervenientes e dos objetivos em presença. Este princípio de flexibilidade metodológica é um dos elementos centrais do PCMA, o qual privilegia uma lógica processual e colaborativa.

-
- 2 No âmbito da valorização dos dados para a melhoria das políticas públicas, destaca-se a adesão de Angola à iniciativa internacional Data Must Speak (DMS), liderada pelo escritório central do Unicef, em Nova Iorque. Através do Ministério da Educação, Angola passou a implementar esta iniciativa em maio de 2019, alinhando-a com instrumentos estratégicos nacionais como o Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022), a Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ) e os compromissos da Agenda 2030. A iniciativa tem como objetivo tornar os dados educacionais mais acessíveis, facilitar a produção de conhecimento útil para os decisores e promover uma gestão mais justa dos recursos. Um dos instrumentos centrais do DMS é a construção de perfis escolares comunitários, que funcionam como cartões informativos de fácil leitura, permitindo que pais, professores e estudantes se apropriem da informação, fortaleçam a responsabilização dos gestores escolares e impulsionem mudanças positivas nas suas comunidades. Enquanto sociólogo e consultor académico, tive a oportunidade de integrar a equipa técnica responsável pela fase exploratória e piloto do projeto na província da Huila, nomeadamente nos municípios do Quipungo e da Cacula, onde colaborámos na recolha de dados, sensibilização das comunidades, desenho, testes e institucionalização dos primeiros perfis escolares. Esta experiência contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma sensibilidade crítica sobre a importância da transparência, participação e uso efetivo de dados no planeamento e monitorização de políticas públicas, reforçando a pertinência da abordagem adotada no presente artigo e, de forma geral, na investigação da tese de doutoramento.

Numa formulação de base, (i) o processo inicia-se com uma etapa de delimitação e enquadramento preliminar, que visa definir o âmbito do painel, os seus fundamentos conceptuais e os atores-chave a envolver. Segue-se (ii) uma fase de diagnóstico participativo, orientada para a identificação partilhada dos principais desafios locais e para a compreensão dos significados atribuídos, pelas comunidades, aos fenómenos de pobreza, bem-estar e justiça social.

A etapa seguinte, (iii) envolve a construção colaborativa de indicadores e representações, revestindo-se de particular relevância metodológica. Nesta fase, a comunidade participa ativamente na seleção dos indicadores considerados pertinentes e, sobretudo, na criação de representações simbólicas e icónicas, de modo a favorecer a compreensão por parte de todos os membros, incluindo aqueles com reduzida ou inexistente literacia formal.

Com base nestes elementos, (iv) procede-se ao desenvolvimento dos instrumentos de recolha de informação, cuja aplicação deve ser antecedida por momentos de validação comunitária e de testagem em pequena escala. A informação recolhida alimenta a plataforma de visualização e monitorização, que poderá assumir diversos formatos — painéis físicos, murais comunitários, quadros interativos, entre outros — desde que respeite os princípios de inteligibilidade, simplicidade comunicacional e pertinência cultural.

Posteriormente, (v) a sua análise participada e (vi) a devolução dos dados à comunidade constituem a base para a consolidação de um processo de aprendizagem mútua e de reflexão crítica sobre as transformações em curso. Finalmente, (vii) o PCMA deverá ser integrado em ciclos regulares de acompanhamento, sendo a sua utilização acompanhada por uma avaliação contínua, posteriormente o seu aperfeiçoamento e adaptação progressiva às dinâmicas locais.

Quadro 1 Fluxograma Metodológico do PCMA

Fases	Etapas e Ações	Métodos e Técnicas	Principais Resultados
1. Enquadramento Teórico	Fundamentação do PCMA na abordagem participativa e dialógica, promovendo uma governança e governação inclusiva e responsiva.	Revisão de literatura; análise de experiências internacionais.	Definição conceitual do modelo e justificativa teórica.
2. Componentes do PCMA	a) Mapeamento Inicial — Diagnóstico participativo da realidade local.	Inquéritos, entrevistas semiestruturadas, análise documental.	Identificação das principais necessidades, desafios e recursos da comunidade.
	b) Desenvolvimento de Indicadores — Construção de métricas híbridas.	Métodos estatísticos para variáveis quantitativas; análise de discurso para dados qualitativos.	Indicadores de monitorização estruturados e adaptados ao contexto.
	c) Coleta de Dados Comunitários — Aplicação de instrumentos de pesquisa.	Questionários, grupos focais, observação participante.	Dados sistematizados sobre percepções e impactos sociais.
	d) Plataforma de Monitorização — Criação de um repositório acessível.	Desenvolvimento de banco de dados e dashboards interativos.	Centralização da informação para acompanhamento e ajuste contínuo.
	e) Avaliação Contínua e Ajustamentos — Revisão dos resultados.	Métodos de avaliação participativa e análise longitudinal.	Aperfeiçoamento do modelo com base na realidade empírica.
3. Princípios Orientadores	a) Participação Comunitária — Inclusão ativa dos cidadãos.	Metodologias colaborativas e co-criação.	Maior envolvimento e apropriação comunitária.
	b) Multidimensionalidade — Integração de diferentes perspetivas.	Triangulação de dados qualitativos e quantitativos.	Compreensão relativamente mais abrangente da realidade social e económica.
	c) Transparência e Acessibilidade — Clareza na apresentação de resultados.	Representações visuais e relatórios simplificados.	Aumento da confiança pública e na tomada de decisão informada.
	d) Sustentabilidade — Continuidade do modelo.	Capacitação local e institucionalização do PCMA.	Efetivação do modelo como política pública sustentável.
4. Estratégias Metodológicas	a) Definição e Planeamento — Delimitação de objetivos e atores envolvidos.	Análise de stakeholders; entrevistas exploratórias.	Alinhamento dos objetivos estratégicos com os recursos e capacidades.
	b) Codificação Simbólica e Iconográfica — Construção de um modelo visual acessível.	Design participativo e validação comunitária.	Ferramentas adaptadas ao contexto sociocultural local.
	c) Construção e Aplicação dos Instrumentos — Desenvolvimento dos mecanismos de coleta de dados.	Elaboração de questionários, guias de entrevistas e análise de dados mistos.	Instrumentos testados e validados para garantir confiabilidade e validade dos dados.
	d) Construção e Validação Comunitária — Reflexão sobre os achados e recomendações.	Workshops e seminários participativos.	Ajustes finais no modelo com base na experiência empírica.
	e) Implementação e Monitorização — Aplicação contínua do PCMA.	Treinamento de facilitadores locais; ciclos de monitorização.	Modelo institucionalizado e operacionalizado no contexto comunitário.
5. Avaliação e Adaptação Contínua	Análise e Reflexão Crítica — Ajuste das estratégias com base nas evidências.	Avaliação periódica e revisão das políticas.	Aprimoramento contínuo do PCMA e das políticas públicas associadas.
6. Resultados ou Efeitos Esperados	Maior efetividade e legitimidade das políticas públicas; fortalecimento da participação social.	Medição dos impactos ao longo do tempo.	Construção de um novo paradigma de monitorização e avaliação participativa. Produção de informação relevante e acessível — como relatórios periódicos e pareceres consultivos — que alimentam o debate público e orientam as decisões das entidades responsáveis.

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 2 Etapas de Operacionalização do PCMA

Etapas	Objetivo Principal	Atividades/Técnicas Associadas
1. Delimitação e Enquadramento Preliminar	Definir o âmbito do PCMA, identificar atores-chave e objetivos estratégicos.	- Levantamento inicial com instituições locais. - Mapeamento de stakeholders. - Reuniões de arranque com líderes comunitários.
2. Diagnóstico Participativo ^(*)	Compreender os significados locais da pobreza, bem-estar e justiça social.	- Grupos focais com diferentes segmentos da comunidade. - Entrevistas semi-estruturadas. - Caminhadas e observação participada.
3. Construção Colaborativa de Indicadores e Representações	Definir indicadores relevantes com base no contexto e criar ícones/símbolos acessíveis.	- Oficinas de co-construção de indicadores. - Desenho de ícones com apoio gráfico. - Testagem de pictogramas com públicos com baixa literacia.
4. Desenvolvimento e Validação de Instrumentos	Criar ferramentas de recolha de dados simples, compreensíveis e apropriadas ao meio.	- Questionários adaptados com linguagem acessível. - Grelhas de observação comunitária. - Validação comunitária em pré-testes.
5. Recolha e Sistematização da Informação	Obter dados relevantes e organizá-los de forma transparente e acessível.	- Aplicação participada de instrumentos. - Recolha regular em momentos-chave. - Consolidação visual em murais ou painéis físicos.
6. Visualização e Devolução dos Resultados	Partilhar a informação com a comunidade (na língua local), assegurando clareza e apropriação.	- Criação de murais comunitários. - Sessões públicas de apresentação. - Cartazes, painéis ou exposições visuais.
7. Análise Participada e Reflexão Crítica	Promover a interpretação coletiva dos dados e gerar aprendizagens.	- Fóruns comunitários de leitura dos dados. - Sessões de problematização interativa. - Registo audiovisual ou gráfico das interpretações locais.
8. Monitorização Contínua e Avaliação Participativa	Estabelecer ciclos regulares de revisão e ajuste do painel.	- Sessões de balanço com os participantes. - Atualização dos indicadores. - Introdução de novos elementos ou reformulação de etapas. - Produção de informação comunitária que assiste as decisões e o diálogo.

(*) Duas fases de aproximação ao terreno, integradas na primeira etapa do processo, devem necessariamente anteceder o diagnóstico propriamente dito. Não basta deslocar-se ao terreno para ouvir as pessoas; é fundamental, em primeiro lugar, identificar e definir previamente quem serão os interlocutores, assegurando uma representação adequada dos diferentes estratos e grupos da comunidade. Importa, ainda, estabelecer critérios claros para a seleção dos participantes, de modo a garantir a inclusão de vozes diversas, nomeadamente dos segmentos mais vulneráveis ou habitualmente menos representados. Só deste modo se assegura que o diagnóstico reflete, de forma rigorosa e abrangente, a pluralidade de experiências e perspetivas existentes no seio das populações e dos seus territórios.

Fonte: elaborado pelo autor.

NOTAS FINAIS

A distinção entre pobreza objetiva e subjetiva revela-se não apenas como um exercício académico, mas como uma questão essencial para o desenho e a otimização das medidas de combate à pobreza, visando responder aos princípios e pilares das políticas públicas. Por esta razão, a medição da pobreza, seja ela objetiva ou subjetiva, é um trabalho de filigrana, que exige ajustes contínuos e uma adaptação constante aos contextos locais e às realidades dinâmicas das populações afetadas.

A análise crítica que se propõe neste artigo destaca que, ao considerarmos a pobreza exclusivamente sob uma perspetiva objetiva, corremos o risco de reduzir a complexidade desta problemática a meras questões de assistência social, negligenciando as dinâmicas de exclusão e estigmatização que permeiam a vivência da privação económica e de exclusão social. Por outro lado, uma ênfase excessiva na pobreza subjetiva pode comprometer a criação de indicadores coerentes e comparáveis, dificultando a implementação de programas de combate à pobreza que necessitam de critérios verificáveis e universais.

Integrar as dimensões objetiva e subjetiva da pobreza ao longo de todo o ciclo das políticas públicas, não só, constitui uma oportunidade para a promoção de uma governança mais robusta e inclusiva, mas também impõe uma reflexão profunda sobre as suas implicações metodológicas e epistemológicas. O desafio está em encontrar um modelo híbrido que consiga conciliar esses dois vetores, que, por sua natureza, são complementares, mas exigem uma articulação delicada e contínua. Esse trabalho de “filigrana” é dinâmico e requer um desenho e teste de modelos que, como, qualquer ferramenta, necessitam de ajustes e calibrações, baseados nas respostas e nas necessidades emergentes.

Em cada fase do ciclo — do planeamento à implementação, monitorização e avaliação — surgem desafios que reivindicam uma adaptação contínua das estratégias, além de uma sensibilidade crítica que permita evitar que as políticas se tornem excessivamente técnicas ou desajustadas

às realidades concretas das populações. A operacionalização dessa complexidade exige que o processo de avaliação e adaptação seja um ciclo contínuo, onde os modelos, os dados e as metodologias sejam constantemente reavaliados e aprimorados.

Em contextos como o africano, onde a diversidade sociolinguística e regional desafia a uniformização das políticas públicas, a articulação entre pobreza subjetiva e objetiva torna-se ainda mais premente. A abordagem tradicional, que trata a pobreza de forma homogênea, ignora as particularidades das comunidades e perpetua uma pobreza induzida, na qual os indivíduos são reduzidos a meros “objetos de assistência”. A inclusão da percepção subjetiva no planejamento de políticas públicas pode, assim, contribuir para a construção de um modelo mais responsivo e participativo, ampliando o impacto das medidas adotadas.

Entre as principais contribuições deste artigo, destaca-se a proposta de um modelo integrado que combina indicadores objetivos e subjetivos, cuja implementação exige a criação de um sistema de informação robusto que inclua dados quantitativos e qualitativos. Este sistema é essencial para o planejamento de políticas públicas mais eficazes, pois permite uma visualização mais holística da pobreza, onde a experiência vivida dos indivíduos é tão valorizada quanto os dados numéricos.

O PCMA, enquanto ferramenta central nesse sistema, oferece uma abordagem inovadora para a recolha e análise de informações, permitindo que as vozes dos indivíduos afetados pela pobreza sejam efetivamente ouvidas e, conseqüentemente, integradas nas decisões políticas. Esta abordagem holística proporciona um entendimento mais abrangente das realidades de privação, favorecendo intervenções mais adequadas às necessidades e contextos locais.

Ademais, o artigo sublinha a importância do diálogo entre os profissionais (técnicos, especialistas, consultores, académicos, políticos) e as comunidades afetadas pela pobreza, mediado pelo PCMA. Este instrumento, não só, facilita a recolha e o compartilhamento de informações, como também promove o protagonismo, a inclusão e a participação das

comunidades no processo de planeamento de políticas. Ao valorizar o saber experiencial dos cidadãos, embora grande parte adquirido em contexto informal, e a sua capacidade de contribuir para a identificação das necessidades e desafios locais, fortalece-se a capacidade das políticas públicas de responder de forma sensível e inclusiva às complexas realidades sociais.

Assim sendo, não se enriquece apenas a base teórica do debate sobre a pobreza, mas estabelece-se também uma estrutura que potencializa a monitorização e avaliação contínuas, assegurando que as intervenções sejam efetivamente ajustadas a um contexto social dinâmico e em constante transformação. Portanto, as propostas aqui apresentadas não devem ser vistas como respostas definitivas, mas como uma chamada à reflexão contínua, ao aprimoramento incessante das estratégias e à importância de um entendimento sempre em evolução da pobreza e suas múltiplas dimensões.

Embora este seja um artigo teórico, a sua originalidade, para além do PCMA, reside também na exploração das complementaridades e implicações entre pobreza objetiva e subjetiva ao longo do ciclo de política — planeamento, implementação, monitorização e avaliação das políticas. Em vez de propor um modelo consolidado, o estudo oferece pistas conceptuais e contribui para um debate que, embora já presente na literatura, carece de uma maior sistematização e integração no âmbito das políticas públicas, tal como apontado por vários autores que defendem a necessidade de abordagens mais articuladas.

REFERÊNCIAS

- Alkire, S., & Foster, J. (2011). Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, 95(7-8), 476-487.
<https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.11.006>
- Almeida, J. F. de, Capucha, L., Costa, A. F. da, Machado, F. L., Nicolau, I., & Reis, E. (1992). *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Celta Editora.

- Atkinson, A. B. (2019). *Measuring Poverty Around the World*. Princeton University Press.
- Babbie, E. (2013). *The Practice of Social Research* (3º ed). Wadsworth Publishing Company.
- Biehl, J. G. (2005). *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment*. University of California Press.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. Em J. Richardson (Org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (p. 241-258). Greenwood.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Papirus.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Jorge Zahar.
- Bourdieu, P. (1999). O Espaço dos Pontos de Vista. Em P. Bourdieu (Org.), *A Miséria do Mundo* (p. 11-13). Editora Vozes.
- Bourguignon, F., & Chakravarty, S. R. (2003). The measurement of multidimensional poverty. *The Journal of Economic Inequality*, 1(1), 25-49.
<https://doi.org/10.1023/A:1023913831342>
- Bradshaw, J., & Finch, N. (2002). A comparison of Child Benefit packages in 22 countries. <https://eprints.whiterose.ac.uk/73510/1/Document.pdf>
- Bruto da Costa, A. (1984). Conceito de Pobreza. *Estudos de Economia*, 4(3), 275-295.
- Bryman, A. (2008). *Social Research Methods* (4º ed). Oxford University Press.
- Buchanan, J., & Tullock, G. (1999). *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. University of Michigan Press.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza* (Celta, Org.). Celta.
- Capucha, L. (2019). Pobreza e emprego: as paralelas não convergem. *Sociologia On Line*, 19, 33-50. <https://doi.org/10.30553/SOCIOLOGIAONLINE.2019.19.2>
- Castel, R. (2015). *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (10º ed). Editora Vozes.
- Chambers, R. (1997). *Whose Reality Counts? Putting the First Last*. Practical Action Publishing. <https://doi.org/10.3362/9781780440453.000>
- Chandler, D. (2024). *Liberdade e Igualdade: o que será uma sociedade justa?* Presença.
- Datt, G., & Lanjouw, P. F. (2023). *On the poverty line* (08/23; CDES WORKING PAPER SERIES).
- Decerf, B. (2022). *Absolute and Relative Poverty Measurement: A Survey* (10008; Policy Research Working Paper).
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099718004182241161/pdf/IDU00220e87405568049f40b4e405d19302f1978.pdf>

- Dye, T. R. (2005). *Understanding Public Policy* (11^o ed). Pearson Prentice Hall.
- Escobar, A. (1995). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton University Press.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Polity Press.
- Fraser, N. (2022). *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”*. Boitempo.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: teoria e prática*. Celta Editora.
- Gordon, D. (2006). The concept and measurement of poverty. Em C. Pantazis, D. Gordon, & R. Levitas (Orgs.), *Poverty and Social Exclusion in Britain* (p. 29-70). Policy Press. <https://doi.org/10.51952/9781447366843.ch002>
- Gordon, D., & Nandy, S. (2012). Measuring child poverty and deprivation. Em *Global Child Poverty and Well-being* (p. 57-102). Policy Press. <https://doi.org/10.1332/policypress/9781847424822.003.0004>
- Gweshengwe, B., & Hassan, N. H. (2020). Defining the characteristics of poverty and their implications for poverty analysis. Em *Cogent Social Sciences* (Vol. 6, Número 1). <https://doi.org/10.1080/23311886.2020.1768669>
- Hall, P. A. (1993). Policy Paradigms, Social Learning, and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain. *Comparative Politics*, 25(3), 275-296. <https://doi.org/10.2307/422246>
- Heimer, F.-W. (2002). Reflexões acerca de uma abordagem interdisciplinar das sociedades africanas. *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, 153-159. <https://doi.org/10.4000/cea.1096>
- Hulme, D., & Shepherd, A. (2003). Conceptualizing Chronic Poverty. *World Development*, 31(3), 403-423. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(02\)00222-X](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(02)00222-X)
- Kanbur, R. (2002). *Conceptual Challenges In Poverty And Inequality: One Development Economist'S Perspective* (7242). DOI: 10.22004/ag.econ.7242
- Knight, B. (2017). *Rethinking Poverty: What makes a good society?* (1^o ed). Policy Press. <http://www.jstor.org/stable/j.ctv43vv1s>
- Machado, F. L., & Costa, A. F. de. (1998). Processos de uma Modernidade Inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social. Em J. M. L. Viegas & A. F. da Costa (Orgs.), *Portugal, que Modernidade?* (2^o ed, p. 17-44). Celta Editora.
- MED, & Unicef. (2023). *Perfis da Comunidade Escolar para o Ensino Básico e Secundário (documento policopiado)*.
- Milando, J. (2013a). *Coperação sem desenvolvimento*. Mayamba Editora — Imprensa Nacional de Angola.
- Milando, J. (2013b). *Desenvolvimento e resiliência social em África: dinâmicas rurais de Cabinda-Angola*. Mayamba Editora e Imprensa Nacional de Angola.

- Miller, D. (2003). *Political Philosophy: A Very Short Introduction*. Oxford University Press Inc.
- Mkandawire, P. T. (2001). *Social policy in a development context* /: Vol. no. 7. UN Research Institute for Social Development.
<http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&mp>
- Niemietz, K. (2010). Measuring Poverty: Context-Specific but not Relative. *Journal of Public Policy*, 30(3), 241-262. <http://www.jstor.org/stable/40925887>
- Olson, M. (2002). *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*: Vol. Volume CXXIV (20° ed). Harvard Economic Studies.
- Orsi, C. (2013). Poverty and Subsistence: The Mercantilist Point of View. *History of Economic Ideas*, 21(3), 11-42. <http://www.jstor.org/stable/23723721>
- Page, L., & Pande, R. (2018). Ending Global Poverty: Why Money Isn't Enough. *Journal of Economic Perspectives*, 32(4), 173-200.
<https://doi.org/10.1257/jep.32.4.173>
- Paugam, S. (2006). *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto Editora.
- Peters, B. G. (2018). *The Politics of Bureaucracy: An Introduction to Comparative Public Administration* (7° ed). Routledge.
- Peters, B. G., & Pierre, J. (2016). *Governance, Politics, and the State* (2° ed). Palgrave Macmillan.
- Pogge, T. (2002). *World Poverty and Human Rights*. Polity Press.
<https://doi.org/10.1111/j.1747-7093.2005.tb00484.x>
- Ravallion, M. (1998). *Poverty Lines in Theory and Practice* (133; Living Standards Measurement Study).
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/916871468766156239/pdf/multi-page.pdf>
- Ravallion, M. (2016). *The Economics of Poverty: History, Measurement, and Policy*. Oxford University Press.
- Ravallion, M. (2017). *Poverty Comparisons*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203985328>
- Ravallion, M. (2020). On measuring global poverty. *Annual Review of Economics*, 12(1), 167-188. <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-081919-022924>
- Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*. Harvard University Press.
<https://doi.org/10.2307/j.ctvjf9z6v>
- Rennstich, J. K. (2017). *Multilevel Governance as a Global Governance Challenge: Assumptions, Methods, Shortcomings, and Future Directions*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.558>
- Sachs, J. (2005). *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. The Penguin Press.

- Sen, A. (1999). *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*. Terramar.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Sen, A. (2018). *Escolha coletiva e bem-estar social*. Edições Almedina.
- Souza, C. (2021). *Coordenação de Políticas Públicas: desafios e perspectivas no contexto Federativo Brasileiro*. ENAP.
- Spivak, G. C. (1988). Can the Subaltern Speak? Em C. Nelson & L. Grossberg (Orgs.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (p. 66-111). University of Illinois Press.
- Stewart, F. (2005). Groups and Capabilities. *Journal of Human Development*, 6(2), 185-204. <https://doi.org/10.1080/14649880500120517>
- Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J.-P. (2005). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*.
- Therborn, G. (2009). The killing fields of inequality. *Soundings*, 42(42), 20-32. <https://doi.org/10.3898/136266209789024960>
- Titmuss, R. M. (1974). *Social Policy: An Introduction*. Allen & Unwin.
- Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom: A Survey of Household Resources and Standards of Living*. Penguin Books Ltd.
- Varga, M. (2023). *Poverty as Subsistence*. Stanford University Press. <https://doi.org/10.1515/9781503634183>
- Venugopal, S., & Viswanathan, M. (2017). The subsistence marketplaces approach to poverty. *Marketing Theory*, 17(3), 341-356. <https://doi.org/10.1177/1470593117704282>
- Wagle, U. (2002). Rethinking poverty: definition and measurement. *International Social Science Journal*, 54(171), 155-165. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00366>
- World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*. The World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1893-6>
- World Bank. (2024). *Poverty, Prosperity, and Planet Report 2024: Pathways Out of the Polycrisis*. World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-2123-3>
- Wright, E. O. (1997). *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511488917>
- Zheng, B. (1994). Can a Poverty Index be Both Relative and Absolute? *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 62(6), 1453-1458. <https://doi.org/10.2307/2951756>
- Zürn, M. (2010). Global governance as multi- level governance. Em H. Enderlein, S. Wälti, & M. Zürn (Orgs.), *Handbook on Multi-level Governance* (p. 80-99). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781849809047>